

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgRg no Ag no RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.322 - MG (2019/0156088-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**AGRAVANTE** : RUDIMAR BARBOSA  
**ADVOGADOS** : LEONARDO COSTA BANDEIRA - MG070056  
FELIPE COIMBRA CARDOSO - MG100451  
VITOR MOREIRA PFEILSTICKER - MG144562  
RAPHAEL RIBEIRO SIFUENTES COSTA - MG176805  
THULIO GUILHERME SILVA NOGUEIRA - MG188316  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**INTERES.** : MARCUS VINICIUS CRISPIM  
**ADVOGADOS** : JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO - MG020180  
WALLACE RIBEIRO ALMEIDA - MG064777

## **EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE RESPONSABILIDADE (ART.1º, I, DO DECRETO-LEI N. 201/1967) E FRAUDE À LICITAÇÃO (ART.90 DA LEI N. 8.666/1993). AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ENUNCIADO N. 182 DA SÚMULA DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A decisão que não admitiu o recurso especial assentou a ausência da demonstração do prejuízo no que concerne à tese de não observância ao princípio do juiz natural, fundamentação não impugnada pela parte.
2. Deixando a parte agravante de impugnar especificamente os motivos da decisão recorrida na origem, é de se aplicar o Enunciado 182 da Súmula deste Superior Tribunal.
3. Agravo desprovido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca e Ribeiro Dantas votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik e Felix Fischer.

Brasília (DF), 10 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**